



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de abril de 2022 foram visados expressamente 184 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando aproximadamente 378 milhões de euros.

No mesmo período houve uma recusa de visto, representando mais de dois milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE ABRIL

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	69	31,08	135 613 970,32	35,21
Visto com Recomendações	102	45,95	234 963 418,51	61,01
Declaração de Conformidade Homologada	13	5,86	7 123 451,99	1,85
Recusa de Visto	1	0,45	2 412 707,10	0,63
Outras extinções da instância (*)	37	16,67	5 000 000,00	1,30
TOTAL DE DECISÕES	222	100	385 113 547,92	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	227	31,10	612 014 516,80	51,00
Visto com Recomendações	202	27,67	507 807 720,86	42,31
Declaração de Conformidade Homologada	84	11,51	48 555 966,53	4,05
Recusa de Visto	10	1,37	25 828 210,97	2,15
Outras extinções da instância (*)	207	28,36	5 896 102,49	0,49
TOTAL DE DECISÕES	730	100	1 200 102 517,65	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto (da 1.ª Secção) e outras Decisões em processos de fiscalização prévia (da 1.ª Secção)
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão